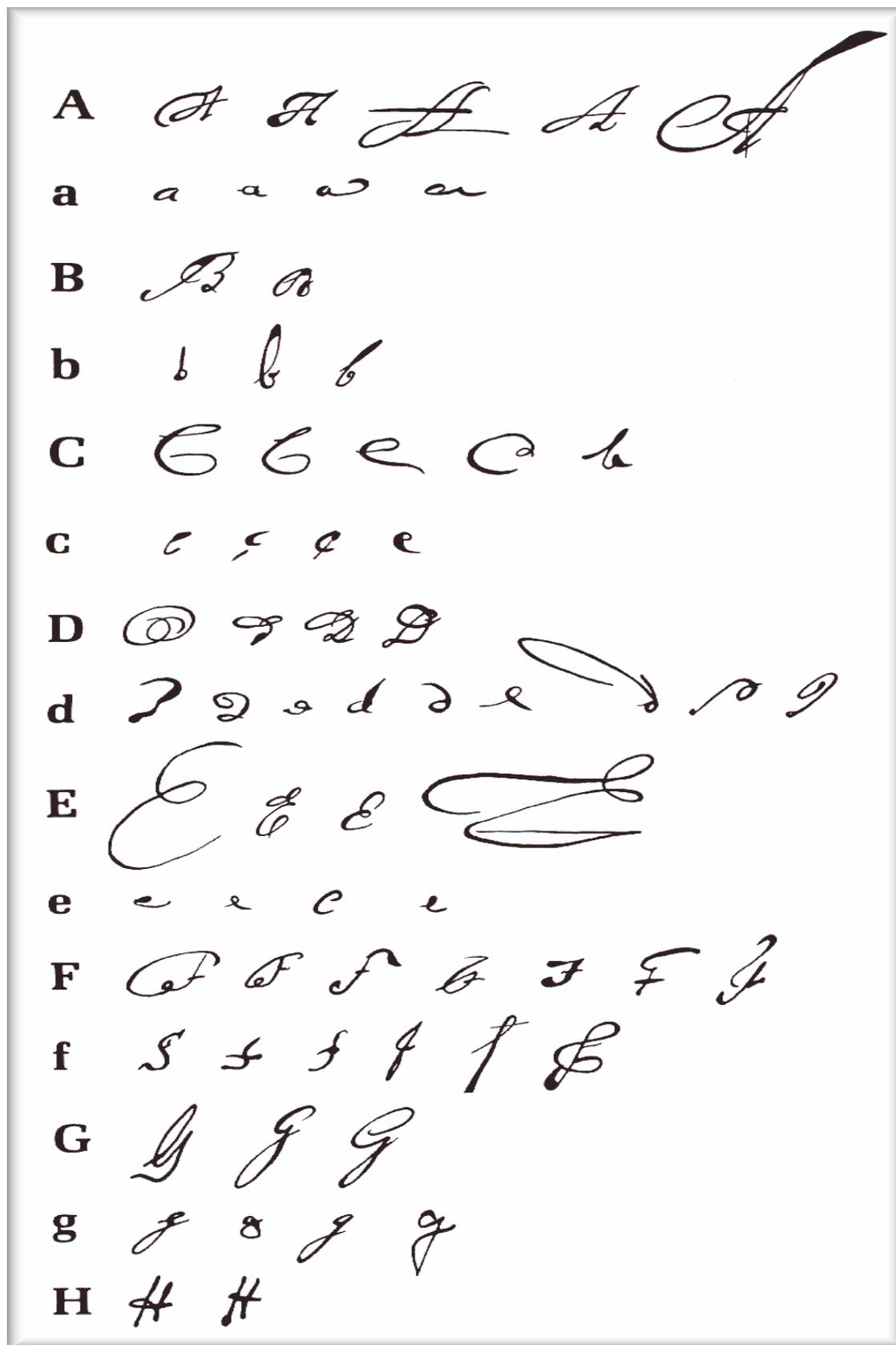


Noções de Paleografia

1. Tabelas de tipos de letras



h h h h h e h l

I I I I

i i i i

J J J J J J J

j j j j

L L L L

l l l l

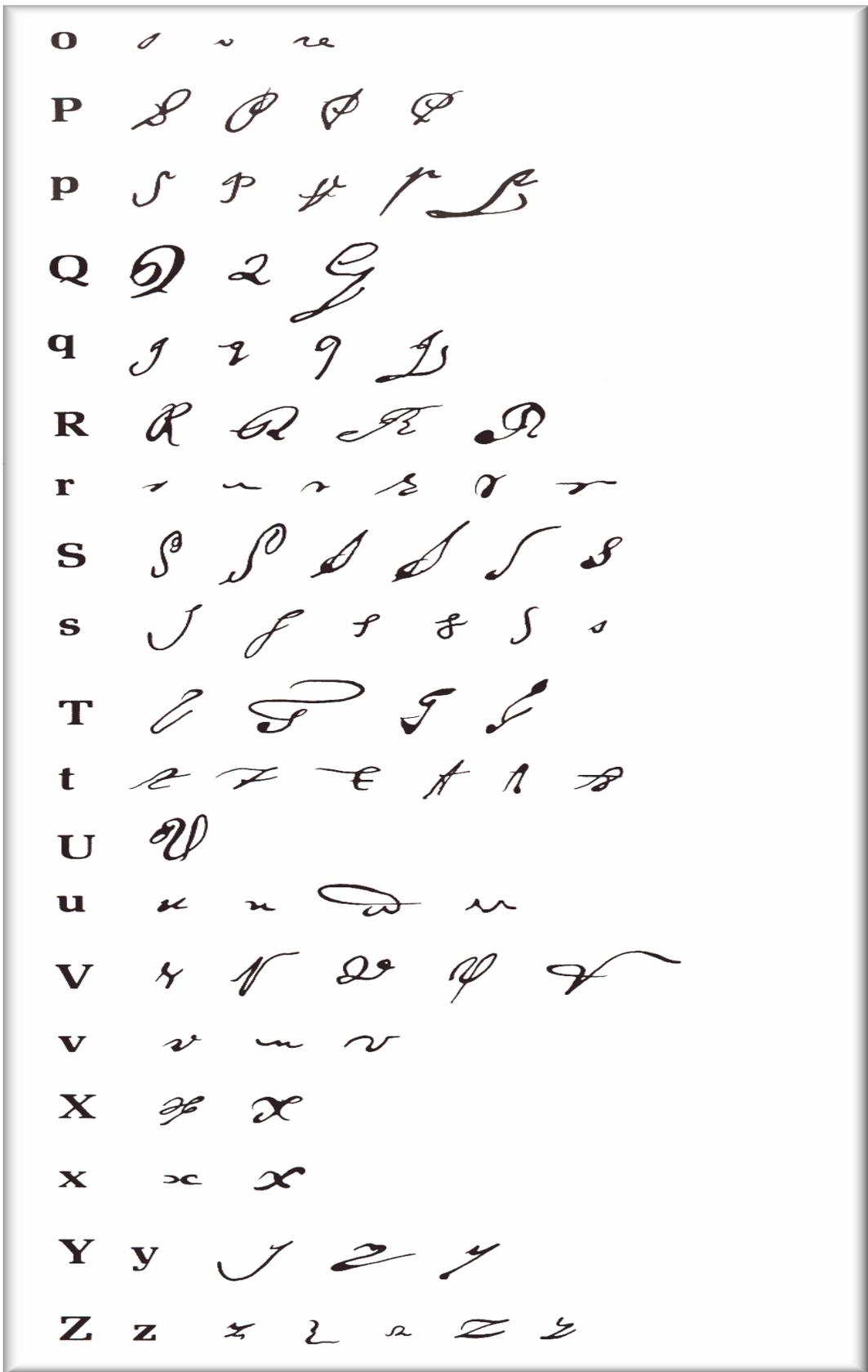
M M M M M

m m m m

N N N N

n n n n n

O O O



2. Bibliografia

- ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. Recife: UFBA/FJN/Massangana, 1994.
- ANSELMO, Artur. *História da edição em Portugal*. Vol I - Das origens até 1536. Lisboa: Lello & Irmão, 1991.
- BLECUA, Alberto. *Manual de crítica textual*. Madrid: Ed. Castalia, 1983 [reimpressão: 1990].
- CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- COSTA, Avelino Jesus. *Os mais antigos documentos escritos em Português*. <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/hlp/biblioteca/estudos_de_cronologia.pdf>
- CRUZ, António. *Observações Sobre o Estudo da Paleografia em Portugal*, in Cale: Revista da Faculdade de Letras do Porto. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1966, pag. 173.
<<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo511.doc>>
- EMILIANO, A. & PEDRO, S. (2003) *The Portuguese Medieval Font Project and the Medieval Unicode Font Initiative*, report presented to the Medieval Unicode Font Initiative workgroup.
<http://www.hit.uib.no/mufi/portuguese/TM_Unicode.pdf>
- FLEXOR, M. Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 2 ed. SP: Unesp/AESP, 1991.
- HIGOUNET, Charles. *História concisa da escrita*. São Paulo: Parábola, 2003.
- INGERS. Instituto Genealógico do Rio Grande do Sul. *Manual de Paleografia Portuguesa*.
<<http://www.ingers.org.br/Paleo1.html>>
- IPD: Instituto de Paleografia e Diplomática da Universidade de Coimbra: <<http://www1.ci.uc.pt/ipd/>>
- MEC: Ministério da Educação. *A Evolução da Escrita: do Pictograma ao Texto Digital*. <http://www.webeduc.mec.gov.br/midiaseducacao/modulo4/e1_assuntos_a1.html>
- SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. SP: Cultrix/Edusp, 1977.
- VALENTE, José Augusto Vaz. *Álbum de paleografia portuguesa*. SP: Edusp, 1983.

3. Resumos

3.1 C.N. Cambraia: “Introdução à crítica textual” (p. 23)

A Paleografia pode ser definida, de uma forma bastante básica, como o estudo de escritas antigas. Modernamente, apresenta finalidade tanto teórica quanto pragmática. A finalidade teórica manifesta-se na preocupação em se entender como se constituíram sócio-historicamente os sistemas de escrita; já a finalidade pragmática evidencia-se na capacitação de leitores modernos para avaliarem a autenticidade de um documento, com base na sua escrita, e de interpretarem adequadamente as escritas do passado.

3.2 E-dicionário de termos literários: <http://www2.fsh.unl.pt/edtl/verbetes/P/paleografia.htm>

PALEOGRAFIA (Rita Marquilhas)

Arqueologia da escrita. O objecto desta disciplina é constituído pelas escritas em desuso que os paleógrafos lêem, datam e situam, para além de as relacionarem genealógicamente. Enquanto disciplina auxiliar da filologia, a paleografia permite distinguir os sucessivos agentes que intervieram ao longo da composição de um mesmo manuscrito (as sucessivas mãos), ou surpreender uma mesma mão em diferentes intervenções. A detecção de semelhanças e divergências entre as mãos observadas é o resultado de uma peritagem em que se avaliam diversos elementos de escrita como o ângulo, o módulo, o peso, o ductus e a morfologia da letra. A crescente intervenção da paleografia na área filológica veio erradicar a tendência para as observações impressionistas e empíricas a propósito da execução material dos textos escritos.

Em Itália, sobretudo devido aos trabalhos de Armando Petrucci, a disciplina paleográfica evoluiu no sentido da contextualização e humanização das letras e das mãos, de forma que se converteu numa genuína história da cultura escrita. **Bibliografia:** Armando Petrucci: “Scrittura, alfabetismo ed educazione grafica nella Roma del primo cinquecento”, *Scrittura e Civiltà*, 2 (1978); Agustín Millares Carlo: *Tratado de Paleografía Española*, I (1983).

3.3 Manual de Paleografia Portuguesa (Introdução) - <http://www.ingers.org.br/Paleo1.html>

A Paleografia pode ser definida tanto como escritos antigos, ou o estudo de escritos antigos. Qualquer pessoa empenhada em pesquisas genealógicas de registros portugueses antigos, necessitará de saber ler, entender e transcrever tais registros.

A capacidade de ler e escrever paleografia exige duas habilidades importantes: (1) saber transpor os caracteres do documento original para caracteres com os quais estamos mais familiarizados, e (2) saber identificar as abreviações usadas no texto do registro.

Além dessas duas habilidades mais importantes devemos também ser capazes de interpretar os sinais de pontuação usados, separar ou unir palavras que não foram separadas ou unidas no texto original, ler e transcrever números, identificar erros no texto original e, finalmente, obter, através de tudo isso, o significado do texto.

É claro que cada pessoa tem um estilo ou método de escrever, o qual é único. No entanto, tem sido possível, no correr da história, reunir em grupos ou estilos definidos, muitos desses métodos individuais de escrita. Tais estilos podem variar de época a época, de país a país, e até mesmo entre tipos diferentes de documentos. Entretanto, uma vez que se tenha aprendido as características especiais de qualquer estilo, deveríamos ser capazes de ler qualquer documento escrito naquele estilo, usando para isso, de um esforço apenas ligeiramente maior do requerido para ler os atuais estilos de caligrafia. Naturalmente, teríamos que lidar com variações daquele estilo, má caligrafia, tinta desbotada etc. Mas o segredo de poder ler qualquer estilo determinado de caligrafia é simplesmente ser capaz de reconhecer as características daquele estilo.

Os estilos típicos da Ibéria e Ibero-América se originaram do alfabeto romano, usado desde pouco tempo antes época de Cristo. No início, tal alfabeto consistia de 21 letras: A, B, C, D, E, F, G, H, I, K, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, V e X. As letras Y e Z foram adicionadas aproximadamente em 50 A.C. Desde aquele tempo tem havido muitos estilos diferentes, ou modificações de estilos que foram adotados, rejeitados, modificados e remodificados. Esses estilos foram agrupados e classificados e incluem, entre outros, a caligrafia Carolínea, resultante de uma reforma introduzida durante o reinado de Carlos Magno, a caligrafia Gótica, a caligrafia Cortesa, a caligrafia Secretária e a caligrafia Secretária Encadeada.

Devemos chamar a atenção para o fato de que como em muitas outras disciplinas, a categorização pode ser perigosa. É conveniente que sejamos capazes de classificar esses vários estilos em grupos e dar-lhes nomes e títulos. Entretanto, logo que se cria uma categoria ou um grupo, automaticamente surgem dúvidas quanto a se um estilo pertence a este ou àquele grupo, ou se está em algum lugar no meio. Como Eduardo Nunes explica: "A classificação das letras é um rito sagrado, mas ao qual, atualmente todos os paleógrafos desejariam poder furtar-se ... ; porque, tanto a terminologia (base da classificação), como a própria metodologia (postulado da terminologia) se encontram em plena crise de refundição." (Nunes, Eduardo, *Album de Paleografia Portuguesa, Vol. 1*, Lisboa, Portugal: Instituto de Alta Cultura, Universidade de Lisboa, 1969, p. 11.) As categorias, no entanto, são convenientes e por essa razão são e continuarão a ser usadas.

3.4 Instituto de Paleografia e Diplomática da Universidade de Coimbra: <http://www1.ci.uc.pt/ipd/brevehist.htm>

Breve percurso da Paleografia ao longo dos tempos

A necessidade de analisar a autenticidade e veracidade dos documentos, para poder julgar da aceitação ou rejeição do seu conteúdo, situam-se primeiramente, em tempos bem longínquos da Idade Média. Tendo perfeita consciência daquilo que actualmente se faz nos domínios da Paleografia da Diplomática e saberes afins, propomos um olhar retrospectivo, numa tentativa de breve exposição da evolução destes saberes até aos nossos dias.

Os cronistas do séc. XVI e XVII, para elaborar as suas obras, necessitaram de recorrer a documentos que examinaram, recorrendo a princípios empíricos de Paleografia e Diplomática. A paciente tarefa de vasculhar os cartórios das suas instituições, lendo os documentos, observando-lhes a letra e forma, e por vezes forjando uns quantos que a longo prazo desapareceram, era efectuada por esses homens, na sua maioria religiosos de várias ordens.

Em 1681 em França, Jean Mabillon publica a obra "De Re Diplomatica", importantíssima, na media em que formula os princípios da Diplomática que D. Tassin e D. Toustain vão continuar com o estudo "Nouveau traité de Diplomatique" (1750-1765). Estas obras vão exercer uma grande influência em muitos países. Portugal com a criação da Real Academia da História em 1720, não ficará alheio ao aperfeiçoamento da ciência diplomática. O documento adquire como que uma personalidade própria nunca antes vista e relançam-se os estudos diplomáticos graças ao esforço de estudiosos, nomeadamente o Conde de Ericeira, Fr. Manuel da Rocha, D. António Caetano de Sousa, José Soares da Silva, D. José Barbosa Machado. Desta forma, um salto qualitativo e quantitativo ao nível da Diplomática, ocorre em Portugal. A corroborar, no reinado de D. Maria I é fundada a Academia Real das Ciências. A partir daqui, abundantes trabalhos aparecem auferindo da autenticidade e veracidade dos documentos, fruto da investigação junto dos mosteiros câmaras e outras corporações públicas, além da Torre do Tombo, por parte dos sócios da Academia. Mais um enorme salto qualitativo se saldou no Portugal setecentista ao nível dos estudos de Diplomática, através de vários eruditos, dos quais ressalta o nome de João Pedro Ribeiro. Com as suas duas obras de referência, a saber: " Observações históricas e críticas

para servirem de memórias ao sistema da Diplomática portuguesa" (1798) e "Dissertações Cronológicas e críticas" (entre 1810 e 1836), lança os fundamentos da Diplomática Portuguesa.

Fundador desta ciência no nosso país, aborda inicialmente a questão dos diversos cartórios existentes, discorrendo sobre o seu estado e modo como se devia prover à sua organização e melhoria dos documentos, passando de seguida à verificação da autenticidade dos mesmos. Na segunda obra referida, encontramos cinco tomos que se debruçam sobre o estilo, o idioma, as datas, o uso do papel selado nos documentos públicos portugueses, sinais públicos, rubricas e assinaturas, selos de autenticação, os materiais, as técnicas e instrumentos, a forma mecânica das cartas, e muitos mais assuntos merecedores de igual destaque.

É nestas duas obras que João Pedro Ribeiro lança as bases da Paleografia, Sigilografia, Cronologia e Arquivística portuguesas.

O seu estudo e saber, teve repercussões a vários domínios, dos quais se destaca o ensino. Em 1773 é criada em Lisboa, no Real Arquivo da Torre do Tombo, a cadeira de Ortografia Diplomática. Afecta depois a cadeira de Diplomática à Universidade de Coimbra, é nomeado para seu mestre a 6 de Janeiro de 1796, João Pedro Ribeiro mas por falta de condições a mesma não funcionou, tendo sido transferida para o Real Arquivo em 21 de Fevereiro de 1801.

Na reforma de Manuel da Silva Passos de 1836, decretou-se que se ministrasse o ensino da Diplomática, Paleografia e Taquígrafia num dos liceus de Lisboa e o decreto de reorganização da instrução secundária reiterou-o.

A vocação e interesse pelo desenvolvimento da Paleografia não foi muito evidente desde os inícios. Os conhecimentos diplomáticos visavam apenas o saber histórico ou a divulgação das fontes. Assim, grandes historiadores, especialmente medievalistas como Herculano ou Gama Barros, dominavam perfeitamente as técnicas diplomáticas mas apenas do ponto de vista prático, com o fim último de atingir a verdade dos factos.

Ao mesmo tempo, diversas individualidades insistem na publicação de catálogos de documentos, dos quais se destacam Franklin, Aires Campos, Gabriel Pereira, Pedro de Azevedo e muitos outros.

Todavia, a maior publicação de fontes realizou-se sob o patrocínio da Academia Real das Ciências dirigida por Alexandre Herculano. À semelhança do que então se realizara na Alemanha, com a edição dos Monumenta Germaniae Histórica, Herculano edita por sua vez, os Portugaliae Monumenta Histórica, obra subdividida em: Scriptorum (1856); Leges et Consuetudines (1856-1868); Diplomata et Chartae (começa a editar-se em 1867 e termina em 1873); Inquisitiones (a publicação da primeira parte termina em 1897 e a Segunda parte começa em 1917 e só acabará em 1977). Obra grandiosa, com a publicação de um manancial enorme de vários tipos de fontes portuguesas.

Em 1887, foi criado o curso de Instrução Superior Bibliotecário – Arquivista, incluído depois pelo decreto de 5 de Outubro de 1918 na Faculdade de Letras de Lisboa. Reorganizado em Junho de 1931 como curso de pós-graduação, fica dependente da Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, para finalmente em 1935 ser criado o curso de Bibliotecário – Arquivista anexo à Faculdade de Letras de Coimbra.

Primeiramente nos cursos de Ciências Histórico-Geográficas e depois de História das Faculdades de Letras de Lisboa e Coimbra, as cadeiras de Paleografia e Diplomática, estiveram presentes até aos nossos dias, variando entre a obrigatoriedade e a opcionalidade.

Na transição do século XIX para o século XX prosseguiram os estudos de Diplomática. Em meados do século XX, dois grandes nomes – Rui de Azevedo e Avelino de Jesus da Costa vão redimensionar a Diplomática portuguesa através de uma nova publicação de fontes, segundo as mais actualizadas normas de transcrição, de edições críticas documentais e ao mesmo tempo estudos sobre Chancelaria Régia portuguesa.

Em 1940, a Academia Portuguesa da História vai dar cobertura à edição dos "Documentos Medievais Portugueses, Documentos particulares" (doc. de 1101 e 1115), por Rui de Azevedo, segundo rigorosos critérios diplomáticos. Mais tarde há uma continuação dos mesmos, até ao ano de 1123 sob a organização de Rui de Azevedo e concluída por Avelino de Jesus da Costa. A partir daqui, muitos estudos e publicações se sucedem dos quais se destacam "Documentos Régios" de Rui de Azevedo em 1958 (compilação dos diplomas dos condes portugalenses e de D. Afonso Henriques e respectivas notas críticas sobre datações, autenticidade ou falsidade dos documentos); "Documentos de D. Sancho I" (1174-1211) em 1979, por Rui de Azevedo e Avelino de Jesus da Costa, no âmbito do Centro de História da Universidade de Coimbra.

A partir de 1984, sob orientação de Oliveira Marques têm-se publicado os registos das Chancelarias de D. Pedro I, D. Afonso IV e D. Duarte e, ainda as Cortes de D. Afonso IV, D. Pedro I e D. Fernando I.

Avelino de Jesus da Costa, durante os anos de 1959 a 1962 arrolou mais de 1500 documentos pontifícios, pesquisados nos diversos arquivos portugueses e em alguns eclesiásticos estrangeiros. É ainda Avelino de Jesus da Costa que juntamente com Isaiás da Rosa Pereira colabora na edição da documentação sinodal referente a Portugal.

Com a rigorosa edição crítica do "Liber Fidei", Avelino de Jesus da Costa incentiva e serve de modelo à publicação de cartulários e documentação monástica, dando assim a conhecer, entre outros, o cartulário de S. Paulo de Almaziva, o livro das Campainhas de Grijó, o livro Preto da Sé de Coimbra, o Livro Santo de Santa Cruz...

As publicações documentais, sobretudo régias, levaram Rui de Azevedo a aprofundar os estudos da nossa chancelaria em tempos condais e régios resultantes em: "A Chancelaria Régia portuguesa nos séculos XII e XIII", "Primórdios da Chancelaria de Afonso Henriques" e o "Livro de Chancelaria de D. Afonso II de Portugal (1217-1221)". Este caminho de diplomática especial teve continuidade na investigação de Avelino de Jesus da Costa: "La Chancellerie royale portugaise jusqu'au milieu du XIIe siècle", "La Chancellerie royale et ses registres de 1217 à 1438".

No que respeita à análise da autenticidade e veracidade dos documentos, já desde as primeiras décadas do século XX que se destacam os trabalhos de: Carlos de Passos – "Diplomas falsos e falsificados – sua abundância"; Rui de Azevedo – "Documentos falsos de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII e XIII)" e Gérard Pradalié – "Les faux de la Cathédrale et la Crise à Coimbre au début du XIIe siècle".

A crítica interna documental, desperta também a atenção de Avelino de Jesus da Costa, nomeadamente no estudo sobre "Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema linguístico", obra magnífica que descobre o mais vetusto original datado redigido em português: o testamento de D. Afonso II de 27 de Junho de 1214.

Outros estudos se destacam pelo criterioso manejo de conhecimentos vários como a Linguística, a História, a Diplomática. Tal é o caso de "Sanctio" (875-1100) – Revista Portuguesa de História, da autoria de José Mattoso; do estudo "A data nos documentos medievais portugueses e astur-leoneses" da autoria de José Saraiva e da tese intitulada "Calendários portugueses medievais", dissertação de licenciatura de Avelino de Jesus da Costa.

Finalmente, e para apoiar a vertente do ensino, deu-se um grande impulso à manualística, numa componente prática da Paleografia (amostragem de escritos) que pela reprodução de uma ampla tipologia documental, não deixava de servir também os interesses da Diplomática. Entre os manuais publicados, destacam-se o "Álbum de documentos" de Torquato de Sousa Soares (com 3 edições, sendo a primeira em 1942) a que se seguiu a colectânea do Pe. Avelino de Jesus da Costa "Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesas" (já com 6 edições, sendo a primeira em 1966), que denota uma clara intenção de acompanhar a evolução da escrita desde a capital romana do Império até à encadeada, associada à variedade tipológica dos actos escritos. É este, sem dúvida, o Álbum mais utilizado actualmente nas Universidades portuguesas.

A terceira colectânea de documentos a publicar-se em Portugal, neste século, deveu-se a António Cruz: "Álbum de Paleografia" (1968). Em 1969 é publicado o quarto trabalho deste género, por Eduardo Borges Nunes: "Álbum de Paleografia Portuguesa", no qual os documentos surgem ordenados cronologicamente de 999 a 1712, numa clara intenção de acompanhar a evolução da escrita em Portugal, mostrando tanto quanto possível o multigrafismo existente entre nós.

O mais recente trabalho neste domínio é o de João José Alves Dias, A. H. de Oliveira Marques e Teresa F. Rodrigues: "Álbum de Paleografia" (1987). Este Álbum, à semelhança de outras colectâneas, reúne exemplos modelares das mais marcantes formas de escrever em Portugal, do século XIII ao XVIII.

Hoje em dia, no nosso país, as relações preferenciais da Diplomática e Paleografia dão-se com a História e Ciências Documentais, o que se manifesta desde logo no ensino. Em 1983, na Faculdade de Letras de Lisboa, é criado pela portaria nº 1071 de 29 de Dezembro, o mestrado em Paleografia e Diplomática. Criados, ainda, os mestrados de História Medieval em Lisboa, Porto e Coimbra, também no seu elenco curricular se aprofundam os conhecimentos paleográficos e diplomáticos.

Em 1989, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a Tese de Doutoramento no âmbito da Paleografia e Diplomática intitulada "Da Visigótica à Carolina – a escrita em Portugal de 882 a 1172" é defendida pela Doutora Maria José Azevedo Santos.

Muito recentemente, em 2000, o Doutor Saúl António Gomes, também membro deste Instituto, defendeu a sua Tese de Doutoramento sobre uma chancelaria monástica: "In Limine Conscriptio. Documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII a XIV)".

No que respeita aos velhos cursos de Bibliotecários Arquivistas, estes renovaram-se. O primeiro passo foi avançado logo em 1982, com o novo curso de Especialização em Ciências Documentais a estruturar-se com um primeiro ano que fornece os conhecimentos básicos aos seus alunos para depois os especializar em Arquivo ou Documentos e Biblioteca. Uma idêntica pós-graduação existe nas Faculdades de Letras de Lisboa e do Porto e ainda numa Instituição privada que é a Universidade Autónoma de Lisboa.

No que toca à produção científica, algumas linhas preferenciais se acentuam como é o caso da história institucional e política. Decorreram daqui dois percursos privilegiados no âmbito da Diplomática, através da chancelaria régia e do tabelionato e, mais recentemente, das chancelarias episcopais. Por entre teses de mestrado e doutoramento ou simples estudos e artigos, surgem nomes tais como: Armando Luís de Carvalho Homem; Eugénia Pereira da Mota; Judite Antonieta Gonçalves de Freitas; Judite Freitas; Maria José Mexia e Armindo de Sousa, isto no que concerne à chancelaria régia; Borges Nunes; Bernardo Sá Nogueira; Cristina Cunha; Isaiás da Rosa Pereira; Maria José Azevedo Santos; Maria Helena da Cruz Coelho; Anísio Miguel de Sousa Saraiva; Luís Mata, no que diz respeito aos tabeliães, e finalmente, José Marques; Cristina Cunha; Maria do Rosário Morujão no que se reporta às chancelarias episcopais ou catedralícias e Saúl António Gomes, na parte que se reporta às chancelarias monásticas.

Numa outra perspectiva, e para acabarmos esta nossa exposição, a crítica interna tão pouco explorada entre nós, interessou a Professora Maria José Azevedo Santos. Na senda de uma Diplomática comparada, analisou a invocação e a sanctio de algumas dezenas de cartas originais de D. Afonso VII de Leão e Castela e de D. Afonso Henriques, dedicando-se depois aos estudos da arenga em documentos medievais do reino de Portugal do século VIII ao XII. Para além destes estudos têm-se publicado outras fontes, com particular destaque para a obra "Taroucae Monumenta Histórica, I livro das doações de Tarouca".

Igualmente uma mais significativa componente portuguesa da Comissão Internacional de Diplomática, permitiu já a tradução portuguesa da terminologia do "Vocabulaire International de la Diplomatique".

Assim terminamos com esta breve resenha dos caminhos percorridos pela Paleografia e Diplomática portuguesas até aos nossos dias com o sentimento de espera, sobretudo dos trabalhos de mestrado e doutoramento em curso, do interesse renovado que ano após ano surge por parte dos estudantes bem como dos novos desafios com as novas tecnologias (como é o caso da Informática em que se insere esta página electrónica) que se poderão colocar a esta ciência.